

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2017.

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO E OPERAÇÕES

Bruna da Medalha Eleutério

CONTADOR

Leonardo Pereira Hussar - Contabilista

Introdução

A Fundação Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor de Uberaba apresenta as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis (DC) do exercício 2017, comparativas ao exercício 2016, quando aplicável.

As Notas Explicativas, consideradas parte integrante das demonstrações contábeis, têm a finalidade de prestar informações adicionais às apresentadas nos quadros das Demonstrações Contábeis, com intuito de facilitar a compreensão dessas aos diversos usuários.

As Notas foram redigidas com linguagem clara e objetiva, no intuito de proporcionar fácil entendimento, corroborando com o processo de transparência na gestão pública.

Cabe destacar que a Administração Pública brasileira vem passando pelo processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, cujo marco foi a publicação da Portaria n.184/2008 do Ministério da Fazenda. Nesse sentido, a Secretaria do Tesouro Nacional, Órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, vem editando normativos, manuais e instruções de procedimentos contábeis, em consonância com os procedimentos da *International Federation of Accountants – IFAC*, e com as normas do Conselho Federal de Contabilidade, aplicadas ao setor público, para condução desse processo de convergência.

Sumário

<i>Introdução</i>	3
1 <i>CONTEXTO OPERACIONAL – INFORMAÇÕES GERAIS</i>	5
2 <i>PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS</i>	7
3 <i>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO</i>	8
4 <i>BALANÇO FINANCEIRO</i>	9
5 <i>BALANÇO PATRIMONIAL</i>	12
6 <i>DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS</i>	14
7 <i>DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA</i>	15
8 <i>EVENTOS SUBSEQUENTES E RELEVANTES</i>	16
<i>CONCLUSÃO</i>	16

1 CONTEXTO OPERACIONAL – INFORMAÇÕES GERAIS

A Fundação Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, dispõe de sua estrutura organizacional estabelecida pelo Decreto nº4878, de 30 de setembro de 2015, Lei Complementar nº488/2015, de 4 de maio de 2015, publicada no órgão oficial do Município Porta Voz nº1298 no dia 01 de junho de 2016, em vigor a partir desta data, possuindo autonomia administrativa e financeira, tendo por finalidade, promover e implementar as ações direcionadas à educação, orientação, política e defesa do consumidor e coordenar a Política do Sistema de Defesa do Consumidor.

A Entidade fez constar no relatório de prestação de contas anual o parecer do Conselho Fiscal em cumprimento no artigo 8º, inciso IV, da Instrução Normativa nº 14/2011.

Nos termos do inciso II do art. 76 e do § 4º do art. 180 da Constituição do Estado de Minas Gerais, combinado com artigo 3º da Lei Complementar nº102, de 17 de janeiro de 2008, pelo inciso XXIX do art. 3º da Resolução nº12, de 17 de dezembro de 2008, e pelo inciso I do art. 3º da resolução nº6, de 27 de maio de 2009, e atendendo ao que dispõe e determina a legislação em vigor, em especial a Instrução Normativa nº14 /2008, de 14 de dezembro de 2011 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, esta **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR- PROCON**, apresenta o relatório de contas referente ao exercício financeiro de 2017,

A execução orçamentária foi realizada pelo Departamento de Gestão e Operações da Fundação Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon, através de sistema contábil, que gerou todos os relatórios: orçamentário, financeiro, patrimonial e gerencial.

Todos os registros contábeis do exercício de 2017 foram executados através de sistema informatizado, fornecido pela CODIUB – Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba com adequação ao novo PCASP- Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público(DCASP) são compostas pelos demonstrativos enumerados pela Lei nº4.320/1964 e pelos exigidos pela NBC T 16. As demonstrações Obrigatórias para o exercício 2017 e aplicáveis ao PROCON, são as listadas a seguir:

- a- Balanço Orçamentário
- b- Balanço Financeiro;
- c- Balanço Patrimonial;
- d- Demonstração das Variações Patrimoniais;
- e- Demonstração dos Fluxos de Caixa

Conforme disposto no Artigo 6º da instrução normativa nº 14/2011 são responsáveis pelos processos de prestação de contas anual:

RESPONSÁVEL PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Nome: Rodrigo Mateus de Oliveira Signorelli **Período:** 01/01/2017 a 31/12/2017
Cargo: Presidente **Identidade:** 537454 SSP RO
CPF: 577.832.682-34
Endereço: Rua Ceará nº1630 apto 803 bl torre 1
Bairro:Santa Maria
Município: Uberaba
CEP:38050-450**Telefone:**(34)98434-4242
e-mail: rodrigo.mateus15@gmail.com

ORDENADOR DE DESPESAS

Nome: Rodrigo Mateus de Oliveira Signorelli **Período:** 01/01/2017 a 31/12/2017
Cargo: Presidente **Identidade:** 537454 SSP RO
CPF: 577.832.682-34
Endereço: Rua Ceará nº1630 apto 803 bl torre 1
Bairro:Santa Maria
Município: Uberaba
CEP:38050-450**Telefone:**(34)98434-4242
e-mail: rodrigo.mateus15@gmail.com

RESPONSÁVEIS PELA CONTABILIDADE

Nome: Leonardo Pereira Hussar **Período:** 01/01/2016 a 31/12/2016
CRC: 105.265/O-2 **Identidade:**MG 5.717.831
CPF: 863201496-04
Endereço: Rua Toniquinho dos Santos, nº181 bloco 10 apto 203
Bairro:Guanabara
Município: Uberaba
CEP:38081-000
Telefone:(34)99802-8887
e-mail: Leonardo.hussar@uberabadigital.com.br

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei Federal nº4320/64, Lei Complementar nº101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT16), demais disposições normativas vigentes.

Cabe destacar que as demonstrações contábeis foram elaboradas seguindo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público de 2017, integrante do o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição(portaria conjunta STN/SOF Nº 02, de 22 dezembro de 2016), onde se destaca a obrigatoriedade da Demonstração de Fluxo de Caixa a partir de 2015.

Alguns dos demonstrativos obrigatórios como Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Fluxo de Caixa possuem colunas para demonstrar o saldo do exercício atual e do exercício anterior, de modo a possibilitar uma análise da evolução dos valores ao longo do tempo.

A elaboração das demonstrações contábeis das Instruções de Procedimentos Contábeis tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/MG.

Por se tratar de demonstração contábil não consolidada, não houve qualquer exclusão de contas intra-orçamentárias.

As disponibilidades de caixa e aplicações financeiras são mensuradas ou avaliadas pelo valor original.

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor aquisição.

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição.

3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário, de acordo com art. 102 da Lei nº4320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e foi elaborado com base nas orientações da IPC 07 e seguindo o modelo estatuído pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 6ª edição.

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação.

A previsão orçamentária da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – Foi Fixada pela lei 12.563 de 11 Dezembro de 2016, para O exercício financeiro de 2017 foi de R\$1.865.637,36(hum milhão, oitocentos e sessenta e cinco mil seiscentos e trinta e sete reais e trinta e seis centavos) e as despesas fixadas em igual montante.

Do Balanço Orçamentário apuramos que as previsões das receitas foram compostas de: Outras Receitas Correntes no valor de R\$827.751,98 (oitocentos e vinte e sete mil setecentos e cinquenta e um reais e noventa e oito centavos). Não houve valor para a conta Receitas de Valores Mobiliários.

O período analisado não fixado valor para a conta de alienação de bens bem como não ocorreu alienação de bens pela Fundação Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor

Em relação à execução orçamentária de 2017, houve economia de R\$945.681,30 (novecentos e quarenta e cinco mil , seiscentos e oitenta e um reais e trinta centavos) decorrente da dificuldade na conclusão das licitações pelo período de transição entre Coordenadoria para Fundação (2016-2017).

Grupo de natureza da despesa	Dotação Inicial R\$	Despesas Empenhadas R\$	Saldo da Dotação R\$
Pessoal e Encargos Sociais	R\$842.214,12	R\$567.908,50	R\$269.305,62
Outras Despesas Correntes	R\$751.880,84	R\$347.026,95	R\$409.853,89
Investimentos	R\$271.542,40	R\$5.020,61	R\$266.521,79
TOTAL	R\$1.865.637,36	R\$919.956,06	R\$945.681,30

4 BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte e foi elaborado de acordo com as instruções da IPC 06.

Assim, o Balanço Financeiro contempla duas sessões: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extra-orçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extra-orçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

Balanço Financeiro é elaborado utilizando-se as seguintes classes do Plano de Contas Aplicada ao Setor Público(PCASP):

- Classes 1 (ativo) e 2 (passivo) para os recebimentos e pagamentos extraorçamentários, bem como para o saldo em espécie do exercício anterior e o saldo em espécie a transferir para exercício seguinte;
- Classes 4 (variações patrimoniais aumentativas) e 3 (variações patrimoniais diminutivas) para as transferências financeiras recebidas e concedidas, respectivamente;
- Classe 5 para o preenchimento dos restos a pagar inscritos no exercício, conforme parágrafo único do artigo 103 da Lei nº4320/1964;e
- Classe 6 para o preenchimento das informações de execução da receita e despesa orçamentária.

Conforme as regras do MCASP, as informações são apresentadas por fonte/destinação de recursos, segregando em destinações ordinárias e vinculadas.

O detalhamento das vinculações é feito de acordo com as principais áreas de atuação do setor público.

As receitas orçamentárias são apresentadas líquidas das deduções.

O total do saldo dos extratos bancários ao final do exercício em relação ao saldo contábil no balanço financeiro não apresentou diferença.

A arrecadação do Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor é gerenciado parte pela Prefeitura Municipal de Uberaba e parte pela Fundação.

A receita corrente arrecadada no exercício financeiro o valor de R\$ 867.272,60 (oitocentos e sessenta e sete mil duzentos e setenta e dois reais e sessenta centavos) representa o montante dos repasses financeiros pela administração direta e R\$875.445,28 (Oitocentos e setenta e cinco mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e vinte e oito centavos) foram repassados no exercício anterior .

A composição da receita apresentou o valor de R\$97.634,72(noventa e sete mil, seiscentos e trinta e quatro reais e setenta e dois centavos), sendo: Receita Patrimonial no valor de R\$2.305,13(dois mil, trezentos e cinco reais e treze centavos) ,outras receitas correntes no valor de R\$75.329,59(setenta e cinco mil trezentos e vinte e nove reais e cinquenta e nove centavos) e convênio firmado com os municípios associados a AMVALE para atender como Procon Regional R\$20.000,00(vinte mil reais) .

Durante o exercício financeiro analisado não houve movimentação da conta receita de capital.

As despesas orçamentárias realizadas no exercício somaram o valor de R\$919.956,06 (novecentos e dezenove mil, novecentos e cinquenta e seis reais e seis centavos).

No exercício de 2017 observamos o demonstrativo das despesas realizadas, conforme demonstra o quadro a seguir:

Despesas 2015	Montante (R\$)	Percentual %
Pessoal e Encargos Sociais	R\$567.908,50	61,73
Outras Despesas Correntes	R\$347.026,95	37,72
De Capital	R\$5.020,61	0,55
Total das despesas realizadas	R\$919.956,06	100

As despesas no ano de 2017 apresentaram os valores de R\$567.908,50(quinhetos e sessenta e sete mil, novecentos e oito reais e cinquenta centavos), para pessoal e encargos sociais que corresponde ao índice de 61,73%para outras despesas correntes o valor de R\$347.026,95(trezentos e quarenta e sete mil e vinte e seis reais e noventa e cinco centavos) com índice 37,72% e aplicados em despesa de capital a quantia de R\$5.020,61(cinco mil e vinte reais e sessenta e um centavos)de 0,55%, em comparação com o total das despesas realizadas no exercício de 2017.

No período analisado não apresentam transferências financeiras concedidas.

O repasse do Imposto de Renda dos servidores para a Prefeitura Municipal de Uberaba resultou num montante de R\$37.977,61(trinta e sete mil e novecentos e setenta e sete reais e sessenta e um centavos).

Quanto aos limites e condições para a realização de operações de crédito, a Entidade não realizou operação de crédito junto às Instituições Financeiras do País, ou contratação de financiamento externo, durante o exercício financeiro analisado.

As disponibilidades financeiras em 31/12/2017 somam a importância de R\$102.831,86 (cento e dois mil, oitocentos e trinta e um reais e oitenta e seis centavos).

Verificou-se a existência de restos a pagar não processados no montante R\$12.729,51 (doze mil setecentos e vinte e nove reais e cinquenta e um centavos) e restos a pagar processados no montante R\$46.484,42 (quarenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e dois centavos). No qual já foi solicitado o repasse de duodécimo à Prefeitura Municipal de Uberaba.

A participação dos restos a pagar em relação para com a dívida flutuante é de 100% período analisado.

5 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial, de acordo com o art. 105 da Lei nº4320/1964, é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade.

No balanço patrimonial, as contas deverão ser classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da empresa

O Balanço Patrimonial é composto por:

- Quadro Principal: Conforme o MCASP, o QUADRO PRINCIPAL do Balanço Patrimonial é elaborado utilizando-se as classes 1 (ativo) e 2 (passivo e patrimônio líquido) do PCASP.
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes: os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial são apresentados pelos seus valores totais.
- Quadro das Contas de Compensação: elaborado utilizando-se as classes 8 (controles credores) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público(PCASP).
- Quadro do Superávit/Déficit Financeiro; é elaborado utilizando-se o saldo da conta Disponibilidade por Destinação de Recurso, segregado por Fonte/Destinação de Recurso.

Ativo Imobilizado

O Ativo Imobilizado é avaliado segundo seu custo de aquisição.

Situação Patrimonial

Liquidez Imediata = Disponível / Passivo Circulante

R\$102.831,86/R\$347.285,55=R\$0,29

Liquidez Corrente = Ativo Circulante / Passivo Circulante
R\$122.780,64/ R\$347.285,55=R\$0,35

Liquidez Seca = (Ativo Circulante - Estoques) / Passivo Circulante
R\$102.831,86/R\$347.285,55=R\$0,29

Liquidez Geral = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)
R\$122.780,64/ R\$347.285,55=R\$0,35

O Passivo circulante refere-se a provisão de férias e décimo terceiro, em obediência ao princípio de competência.

Durante o período analisado não houve procedimentos adotados quando de renegociação da dívida com o instituto ou fundo próprio de previdência.

No período analisado não houve danos causados ao erário.

Os estoques da Fundação Procon são compostos por itens de Almojarifado. Esses itens são mensurados pelo valor de aquisição.

O inventário foi realizado dia 29/12/2017, não havendo movimentação até o final da database de contagem.

Realizado pela Comissão de recebimento de materiais por servidores não lotados no setor responsável pelo controle dos referidos itens.

Informações constantes nos registros contábeis gerados pelo sistema operacional desta Fundação têm conformidade com os dados constantes no PCASP.

A sede da Fundação está contabilizada na Prefeitura Municipal de Uberaba.

Em decorrência do acima exposto não há saldo de Bens Imóveis nos balanços patrimoniais da Fundação Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor em 2017.

6 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as variações verificadas no patrimônio do exercício.

No período analisado não houve danos causados ao erário.

Durante o período não houve alienação de bens móveis

7 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis e permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalente de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades, e foi elaborada de acordo com a IPC 08.

Demonstração dos Fluxos de Caixa é elaborada utilizando-se contas da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento), com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e de despesas, bem como funções e sub-funções. Também faz uso, quando necessário de outras contas e filtros necessários para marcar a movimentação extra-orçamentária que eventualmente transitar pela conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

Os ingressos operacionais decorrentes de transferências recebidas referem-se aos repasses de duodécimo da Prefeitura Municipal da fonte 0.100- 0 R\$887.272,60 (oitocentos e oitenta e sete duzentos e setenta e dois reais e sessenta centavos) próprio e 0100-28 R\$88.272,60(oitenta e oito mil, duzentos e setenta e dois reais e sessenta centavos) do Fundo Municipal de Proteção do Consumidor. Um montante de R\$964.907,32(novecentos e sessenta e quatro mil novecentos e sete reais e trinta e dois centavos).

O desembolso para pagamento da despesa com pessoal ativo e inativo na forma de vencimentos, vantagens, subsídios e ainda encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, representam um total de R\$788.622,30(setecentos e oitenta e oito mil, seiscentos e vinte e dois reais e trinta centavos). Os outros desembolsos operacionais compreendem basicamente, as despesas com a manutenção e o custeio da entidade.

8 EVENTOS SUBSEQUENTES E RELEVANTES

Em 01 de julho de 2016 foi publicado o Decreto 5902/2016, porta voz nº1422 de 09 de julho de 2016, que dá a responsabilidade de substituto tributário, para fins de retenção e recolhimento do ISSQN incidente sobre as tomadas de prestação de serviços e outras providências.

A Fundação firmou termo de convênio, desde de agosto de 2017, com os municípios da AMVALE por 5 anos para aporte as essas cidades vizinhas com o Procon Regional com uma parcela de contribuição dos municípios de R\$5.000,00 por mês.

No mês de janeiro de 2017 não foram apresentadas liquidações de despesas com pessoal e encargos sociais devido a falta de orçamento previsto na loa 2017 de exercícios anteriores. Liquidando e pagando no mês de fevereiro de 2017, o que não interferiu nas demonstrações do exercício de 2017.

CONCLUSÃO

Tendo em vista a elaboração do relatório e com objetivo de dar fiel cumprimento a determinação legal, informamos que a prestação de contas referente ao exercício de 2017 da Fundação Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, está em condições de ser submetida a apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Uberaba, 06 de março de 2018.

Leonardo Pereira Hussar
Contabilista da Fundação Procon